



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 116

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA 25 DE AGOSTO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 27 de agosto de 1965, às 11 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.956-C-65 na Câmara e nº 144-65 do Senado, que estabelece novos casos de inelegibilidade, com fundamento no art. 2.º da Emenda Constitucional nº 14.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
1		Da alínea "b" do item I do art. 1.º a expressão: "(Lei nº 2.550, art. 58)".
2		Da alínea "b" do item I do art. 1.º as palavras: "e de cuja decisão definitiva não hajam recorrido ao Poder Judiciário".
3		Da alínea "i" do item I do art. 1.º as palavras: "desde que o motivo da condenação os incompatibilize, também, para o exercício do mandato ativo em face da Constituição, da Emenda Constitucional nº 14 ou desta Lei".
4		Da alínea "i" do item I do art. 1.º as palavras: "são condenados por haver".
5		Do item IV do art. 1.º a palavra: "definitivamente".
6		Do art. 4.º as palavras: "contínuos ou não, decorridos em qualquer período anterior à data da eleição".

SESSÃO CONJUNTA

Em 26 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (parciais):

- 1.º — ao Projeto de Lei nº 2.663-B-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivo da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências;
- 2.º — ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.), que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
		Primeiro Veto
1	1.º	Do art. 3.º a palavra: "adicional".
2	1.º	Do art. 3.º as palavras: "o imposto de".
3	2.º	Do art. 3.º as palavras: "durante o exercício de 1965".
		Segundo Veto
4	2.º	Do art. 2.º as palavras: "acrescido da metade da taxa prevista para a inflação nos doze meses subsequentes".

- 5 2.º § 2.º do art. 2.º (totalidade).
- 6 2.º Alínea "b" do art. 5.º (totalidade).
- 7 2.º Da alínea "c" do art. 5.º as palavras: "salvo nos casos de previo aumento de tarifas ou de subvenção ou auxílio especial para pagamento de majoração".
- 8 2.º Do § 1.º do art. 6.º as palavras: "por maioria absoluta dos seus membros".

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º n.º IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados para sem prejuízo da matéria para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 288-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;

— ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 18 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dia 25 de agosto, às 9.30:

— ao Projeto de Lei nº 2.746-B-65 na Câmara e nº 116-65 no Senado, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (veto parcial);

Dia 26 de agosto, às 21.30:

— ao Projeto de Lei nº 2.956-65 na Câmara e nº 144-65 no Senado, que estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional nº 14 (veto parcial);

Dia 26 de agosto, às 21.30:

— ao Projeto de Lei nº 2.663-D-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências (veto parcial);

Dia 31 de agosto, às 21.30.

Dia 1º de setembro às 9.30 e às 21.30:

— ao Projeto de Lei nº 22-64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências (veto parcial);

Dia 2 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.753-D-65 na Câmara e nº 108-65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.736-B-65 na Câmara e nº 103-65 no Senado, que exclui do regime de prévia licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.799-B-65 na Câmara e nº 177-65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 8 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (*veto parcial*);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (*veto parcial*);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 362-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (*veto parcial*);

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 2.594-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-63 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — *veto parcial*;

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (*veto parcial*);

Publicado no D.C.N. de 21-8-65.

Republicado por haver saído com incorreções.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 1965

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em 16 de agosto de 1957, da concessão de melhoria de proventos de aposentadoria a Almir Figueira da Costa.

Art. 1º É tornado definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em 16 de agosto de 1957, da concessão de melhoria de proventos de aposentadoria ao extranumerário, guarda, referência 20 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Almir Figueira da Costa.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 80,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

SENADO FEDERAL

ATA DA 125ª SESSÃO,
EM 24 DE AGOSTO DE 1965

3ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Goldewasser Santos
Oscar Passos
Edmundo Levi
Martins Júnior
Pedro Carneiro
Lobão da Silveira
Manoel Dias
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Manoel Vilça
Pessoa de Queiroz
Silvestre Pericles
Hermann Torres
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Afonso Arinos
Gilberto Marinho
Padre Calazans
José Feliciano
Gastão Müller
Celso Branco
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá
— 29 —

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 29 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Oscar Passos, por cessão do Sr. Senador Guido Mondin.

O SR. OSCAR PASSOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, comemora-se, hoje, o 11º aniversário da morte do grande brasileiro Getúlio Vargas.

Como homenagem muito sentida da Bancada Trabalhista nesta Casa à memória desse grande homem que foi o Presidente do nosso Partido, quero ler, para que conste dos Anais do Senado, o manifesto ontem lançado, no Rio de Janeiro, pelo atual Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, Dr. Lútero Vargas, filho daquele insigne brasileiro:

(Lendo:)

"Ele disse:

"Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do Povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história".

Estas as derradeiras palavras de Getúlio Vargas. Esta a nossa eterna bandeira de luta. Es-

te o sentido de nacionalismo e do trabalhismo pelos quais o grande líder foi sacrificado e pelos quais lutamos.

Hoje, quando mais um 24 de agosto pesa sobre nós, evocamos o seu legado, porque mais uma vez, as mesmas forças que se desencadearam contra Vargas agem contra a Nação e o povo brasileiro.

Transcorreram onze anos desde o seu sacrifício. O tempo passou e suas idéias permaneceram, cada vez mais válidas e presentes dentro da realidade brasileira.

Idéias que são toda a trajetória política de Getúlio Vargas. E que se estão sintetizando em sua carta Testamento, estão também expostas em entrevista, quatro anos antes de sua morte, na qual previa o árduo caminho que haveria de trilhar em defesa do povo, em defesa da soberania do Brasil, em defesa da libertação nacional, em defesa dos humildes e dos espoliados.

Já em 1950, durante sua última campanha eleitoral, a previsão foi feita:

"Se não me matarem, até que ponto meus nervos poderão aguentar?"

Por que tão trágica previsão? Ele mesmo respondia:

... "Cuidarei sobretudo de atacar a exploração das forças internacionais. Elas poderão ainda arrancar-nos alguma coisa, mas com muitas dificuldades. Por isso mesmo, serei combatido sem tréguas. Eles, os grupos internacionais, não me atacarão de frente, porque não se arriscam a ferir os sentimentos de honra e civismo do nosso povo. Usarão outra tática mais eficaz. Unirão-se com os descontentes daqui de dentro, os eternos inimigos do povo humilde, os que não desejam a valorização do homem assalariado, nem as leis trabalhistas, menos ainda a legislação sobre lucros extraordinários. Subvencionarão brasileiros inescrupulosos, seduzirão ingênuos e inocentes. E em nome de um falso idealismo, de uma falsa moralização, dizendo atacar o ambiente corrupto, que eles mesmo de longa data vêm criando, prolonga data vêm criando, prosoa e meu Governo, evitar a libertação nacional e prejudicar a organização do nosso povo..."

ONZE ANOS DEPOIS

E hoje, mais do que nunca, é preciso que o PTB esteja à altura do Partido Trabalhista que Vargas criou, como instrumento de luta do povo brasileiro.

Onze anos depois de sua morte, os ávidos grupos da finança internacional, aliados ao reacionismo interno, procuram esmagar as conquistas alcançadas pelo povo através dos ideais de Vargas.

O Brasil atravessa hoje momentos decisivos para a sua evolução democrática, para a sua dignidade de Nação soberana, para a sua libertação social e econômica.

Não há democracia sem justiça social. Não há democracia sem emancipação econômica. Não há democracia se a Nação não for soberana e o povo desconhecer o bem-estar social.

O desemprego assola os lares dos trabalhadores.

A crise econômica agrava-se, cada dia, aprofundando a crise social.

OS APÁTRIDAS

A indústria, o comércio, os setores financeiros legitimamente nacionais, são esmagados pela avalanche de uma política econômico-financeira apátrida, que altera a lei da remessa de lucros. Que engana o povo ao adquirir o "ferro velho" da Amfop, esvaziando nossas minguadas reservas de cambiais. Que promove a reavaliação do ativo das empresas, beneficiando poderosos grupos estrangeiros. Que reformula a política de minérios favorecendo os trusts internacionais. Que suprime os subsídios do trigo e do petróleo, tornando insuportável os níveis de vida. Que sobrecarrega a precária economia doméstica com uma escorchante tributação, sem dignificar o homem dando-lhe o justo valor de seu trabalho.

Uma política econômico-financeira que investe contra a Eletrobrás, que ameaça a Petrobrás, que agride as mais caras conquistas da nacionalidade brasileira, retrogradando aos anos anteriores de 1930.

Política econômica ditada por uma política internacional de subserviência, de alienação, de abdicação da soberania nacional.

Política que em nome de uma falsa contenção da espiral inflacionária, congela salários, restringe créditos, esmaga a florescente indústria nacional, sacrificando, indistintamente, trabalhadores e empresários, operários e donas-de-casa, civis e militares.

Estamos diante do estatuto das minorias — que e matados os setores da vida brasileira — nos entrega à voracidade dos males fortes, indiferentes à ameaça da unidade e da coesão nacional.

Os sindicatos estão amordaçados porque os detentores do poder buscam em vão abafar as reivindicações dos trabalhadores em contra a esmagadora alta do custo de vida.

As livres manifestações do pensamento, por estudantes e intelectuais, são punidas como delitos de opinião.

Brasileiros identificados com os melhores anseios da Pátria permanecem marginalizados da vida política nacional, fazendo, esta ausência, com que a democracia vergue sob o peso das cassações injustas e arbitrárias e das limitações das garantias, das liberdades e do direito de reunião e associação de todas as forças vivas da Nação.

HORA DECISIVA

Vivemos momento decisivo. Os inimigos do povo, tão contentes com as restrições impostas à liberdade de pensamento e de opinião, comprazem-se em menosprezar a Nação, acenando-lhe com continúismos — antes sempre condenados — e para o qual, agora, buscam fórmulas procurando travestir de constitucional o que até bem pouco era golpismo, subversão e ameaça à ordem constituída.

Fórmulas que sob as mais variadas e coloridas máscaras, escondem exclusivamente o propósito de escamotear ao povo a sua manifestação nas urnas, de forma livre e direta.

Manobras que buscam fazer retornar o País às eleições de bico-de-pena anteriores à revolução de 30.

Esquecem-se os algozes da Nação brasileira — camuflados ou ostensivos — que as vitórias dos ideais de Vargas, do trabalhismo,

do nacionalismo, são historicamente irreversíveis.

Porque todas as atitudes políticas de nossa época conduzem ao nacionalismo. Pessui éle o mesmo poder místico que outrora caracterizava exclusivamente as religiões.

O nacionalismo tem a força cega do instinto e da sobrevivência.

O nacionalismo é a força que move hoje todas as nações subdesenvolvidas do mundo, impulsionando-as para uma luta comum, em defesa de interesses comuns de melhoria de condições de vida de seus povos.

O PIONEIRO

No Brasil, foi Vargas o lutador pioneiro desta luta que faz com que sejamos hoje parte importante dessa unanimidade que une os povos e faz com que nos sintamos amparados e estimulados na luta.

Não estamos sós! A desconfiança e o temor, sóteremos daqueles que não entendem ou não respeitam a linguagem da preservação e da auto-defesa.

O Partido Trabalhista Brasileiro simboliza essa preservação e essa autodefesa. E assim como preservamos o passado, evitando-nos no presente, projetando-nos no futuro, através das gerações jovens que, entendendo a mensagem de Vargas, hão de conservá-la, engrandecendo-a e enriquecendo-a, com uma experiência nova que honrará os que hoje lutam por um mundo melhor para seus pósteros.

Getúlio Vargas é o elo invisível que encadeará a luta de todas as gerações, através dos tempos, unidas pela frase definitiva do líder morto:

"Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta". as.) Luteiro Vargas".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa).

Não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de projeto de lei que se acha sobre a Mesa.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 49, de 1965

Loteia, para aquisição pelos seus ocupantes, as terras da extinta Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As terras do patrimônio da extinta Estrada de Ferro de Bragança, localizadas no Estado do Pará, serão loteadas, para aquisição pelos seus ocupantes, colonos e moradores, em áreas que não excedam a 20 m (vinte metros) de frente por 50 m (cinquenta metros) de fundos, para residências,

e 200 m (duzentos metros) de frente por 500 m (quinhentos metros) de fundos, para colônias agrícolas.

§ 1º Considera-se ocupante, para os efeitos deste artigo, o possessor cuja posse era efetiva a 31 de março de 1964.

§ 2º As terras desocupadas e as ocupadas por quem não preencha as condições estabelecidas neste artigo serão transferidas à propriedade do Estado do Pará.

Art. 2º As edificações de qualquer espécie e os bens móveis de qualquer natureza, de propriedade da extinta Estrada de Ferro de Bragança, serão, também, transferidos ao patrimônio dos municípios onde estiverem instaladas e se destinarão a exclusiva utilidade pública com finalidades sociais.

Art. 3º O material rodante e seu equipamento, as máquinas das oficinas de manutenção, as ferramentas e os materiais de consumo permanecerão como propriedade da Rede Ferroviária Federal S.A.

Art. 4º As operações de transferência de propriedade entre a Rede Ferroviária Federal S.A., o Estado do Pará e os municípios, relativas ao bem de que trata esta Lei, far-se-ão sem nenhum ônus para o Estado e municípios.

Art. 5º As operações de alienação, defluentes do disposto no art. 1º desta Lei, serão processadas através de regulamento que fixará prestações mensais não excedentes a 30% (trinta por cento) do salário-mínimo regional.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O projeto visa a permitir a alienação de terras pertencentes ao patrimônio da extinta Estrada de Ferro de Bragança, localizadas no Estado do Pará, através de loteamento a ser oferecido à venda aos ocupantes das referidas terras.

A medida tem, sobretudo, evidente sentido social, proporcionando condições que possibilitem racional aproveitamento das citadas terras, seja para residência de seus ocupantes, senão, também, para formação de colônias agrícolas.

A proposição, como se vê, caminha ao encontro da política Governamental que recomenda a reforma agrária em termos de interesse sócio-econômico.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1965. — Martins Júnior, Senador.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O projeto apresentado à Mesa e que acaba de ser lido será encaminhado às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Do Ministro das Minas e Energia, Sr. Mário Thibau, recebemos ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Brasília, D.F. 23.8.1965

GM 205-65

Senhor Senador,

Venho comunicar a Vossa Excelência que, atendendo ao requerimento nº 520, de 1965, do Senado Federal, sinto-me honrado em comparecer à Comissão Especial criada para proceder ao estudo e à coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais, no dia 27 do corrente mês, às 15 horas.

Aproveitando o ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e apreço. — Mauro Thibau.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SENHOR SENADOR JEFFERSON DE AGUIAR PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Sebastião Archer
Joaquim Parente
Moura Andrade
Atílio Fontana

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes 31 Srs. Senadores.

Não há "quorum" para votação.

Item 1:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1965 (nº 1.773-B-52, na Casa de origem), que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, tendo Parecer nº 1.014, de 1965, da Comissão do Polígono das Secas, favorável.

Sobre a mesa emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 1

Ao Artigo 1º:

Onde se lê: "e, pela linha atual, as cidades de Montalvânia, Pirapora, Corinto, Curvelo, Dom Joaquim, Nanuque e Salto da Divisa, no Estado de Minas Gerais";

Leia-se: "e, pela linha atual, as cidades de Montalvânia, Pirapora, Corinto, Curvelo, Sete Lagoas, Dom Joaquim, Nanuque e Salto da Divisa, no Estado de Minas Gerais";

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1965.

Justificação

Trata-se de incluir a cidade de Sete Lagoas na área do Polígono das Secas. — Benedito Valladares.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao art. 1º

... e norte do Estado do Espírito Santo, do Rio Doce ao rio Mucuri, no Estado da Bahia.

Justificação

Quando da elaboração das leis que criaram a SUDENE e delimitaram o polígono das secas, o Senado aprovou emenda de minha autoria incluindo o norte do Estado do Espírito Santo na região, com o propósito de prover e fomentar o desenvolvimento econômico daquele Estado.

A Câmara rejeitou a emenda, pôs a região seja idêntica às amparadas na legislação vigente, limitrofes à Capixaba, em discriminação atentatória à Federação e ao desenvolvimento global do país.

O reexame da matéria é imposição de Justiça e da melhor política administrativa, sabido que, outrossim, o Estado do Espírito Santo não participa ou integra qualquer órgão ou entidade de desenvolvimento econômico regional.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1965. — Senador Jefferson Aguiar.

EMENDA Nº 3

Inclua-se, no art. 1º, as seguintes cidades, no Estado do Espírito Santo, entre as Cidades Dom Joaquim e Nanuque, em Minas Gerais: ... De Dom Joaquim, em linha reta, até Mantenópolis, São Mateus, Conceição da Barra e Mucurici, no Estado do Espírito Santo, alcançando as cidades de Nanuque e Salto da Divisa, em Minas Gerais;

Justificação

A emenda constitui alternativa da anterior determinando a inclusão de território idêntico ao alcançado pelo projeto nos Estados de Minas Gerais e Bahia.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1965. — Senador Jefferson de Aguiar.

EMENDA Nº 4

Onde se diz:

"Tobias Barreto e Canhoba" ...

Diga-se:

"Boquim e Propriá" ..

Justificação

Toda a região que se estende entre a linha imaginária atualmente em vigor do Polígono e a que propomos sofre os efeitos mais funestos das secas. Está mais distante do mar do que a faixa do Polígono que se alonga pelos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Inquanto o Projeto, triplica, no Estado de Minas, a área do Polígono, constituindo-se só a área aumentada de uma extensão de terras maior do que todo o Estado de Sergipe, a nossa emenda beneficiará apenas mais 15 municípios, quase todos, aliás, com parte de seus territórios, já encravada no Polígono. Ai vive uma população pobre, trabalhadora, desassistida, que sofre os efeitos das secas e está a clamar pelo amparo e os estímulos do Poder Público. Rejeitar a emenda seria uma injustiça e mais do que isso uma falta de equidade clamorosa.

Em 24 de agosto de 1965. — Senador Heribaldo Vieira.

EMENDA Nº 5

Acrescente-se ao art. 1º.

Fica incluído todo o território do Estado do Piauí no Polígono das Secas.

Justificação

Parece difícil acreditar-se que o Estado do Piauí tenha ainda diversos Municípios excluídos do polígono das Secas, quando este fenômeno sem que se tenha uma perfeita explicação científica, alcança toda a margem piauiense do rio Parnaíba. Difícil compreender-se que se queria abarregar mais uma grande extensão do Estado de Minas Gerais, obedecendo verdade não se verifica este flagelo e continua fora, parte do território piauiense, onde ele é presente periodicamente, com todo seu cortejo de misérias, sofrimentos e destruição.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1965. — Senador Sigefredo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em discussão o projeto e as emendas que acabam de ser lidas.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

O projeto sai da Ordem do Dia para pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o projeto e as emendas e da Comissão do Polígono das Secas sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin).

Item 2:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 27, de 1965, de autoria do Senhor Senador Bezerra Neto, que estabelece normas sobre o crédito de relação de emprêgo autorizativo do pedido de falência e modifica o Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências). — Projeto aprovado em primeiro turno, com emenda, em 5.8.1965, tendo parecer, sob nº 990, de 1965, da Comissão de Redação, com a redação do vencido.

Em discussão o projeto em segundo turno.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Encerrada a discussão sem emendas e não havendo requerimentos no sentido de que o projeto seja submetido a votos, é ele dado como definitivamente aprovado, sem votação, nos termos do Art. 272-A, do Regulamento Interno.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

Redação do vencido para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1965, que altera o Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), estabelecendo normas sobre o crédito de relação de emprêgo autorizativo do pedido de falência, e da outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao art. 9º do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), são acrescidos os seguintes parágrafos:

"Art. 9º

§ 1º Enqupara-se ao título de crédito ainda não vencido, mas autorizativo do requerimento de falência, referido no inciso III, a decisão final e de mérito de primeira instância, na Justiça do Trabalho, desde que sobre ela não esteja pendente a interposição de recurso ordinário.

§ 2º Para elidir a falência, na hipótese do parágrafo anterior, a garantia prestada na execução ou a interposição do recurso na Justiça do Trabalho não supre o depósito previsto no parágrafo segundo do artigo 11 da presente Lei".

Art. 2º O "caput" do art. 200 do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 200 A falência cujo passivo for inferior a Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), será processada sumariamente na forma do disposto nos parágrafos seguintes".

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 3:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1964, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres que aplica a correção monetária nos débitos da União, tendo Parecer nº 336, 337 e

338, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Economia, favorável e de Finanças, contrário.

Em discussão, o projeto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada pelo motivo já exposto.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Lembro aos Srs. Senadores que as duas Casas do Congresso se reúnem hoje, às 21 horas e 30 minutos, para apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Havia o Congresso sido convocado para outra sessão conjunta amanhã, pela manhã, às 9 horas e 30 minutos. Esta convocação, porém, foi cancelada, permanecendo, todavia, a de amanhã à noite, também às 21 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão, designando para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA

(Sessão de 25 de agosto de 1965)
(Quarta-feira)

1

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1964, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que aplica a correção monetária nos débitos da União, tendo Pareceres sob ns. 336, 337 e 338, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Economia, favorável e de Finanças, contrário.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1964, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre o financiamento às prefeituras de orçamento limitado, pelos estabelecimentos de crédito oficial, para aplicação em equipamento rodoviário, tendo — Pareceres — I — Sobre o projeto: — da Comissão de Constituição e Justiça — nº 301, de 1965, pelo arquivamento; — da Comissão de Economia — nº 302, de 1965, favorável; — da Comissão de Finanças — nº 303, de 1965, contrário, com restrições do Sr. Senador Aurélio Vianna; — II — Sobre a Emenda de Plenário: — da Comissão de Constituição e Justiça — nº 894, de 1965, pela rejeição; — da Comissão de Economia — nº 895, de 1965, pela rejeição, com voto contrário do Sr. Senador Sebastião Archer; — da Comissão de Finanças — nº 896, de 1965, pela rejeição, com voto vencido do Sr. Senador Mello Braga.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1964 (nº 1.652-B-60 na Casa de origem), que modifica os arts. 1º e 13 do Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos federais no estrangeiro e dá outras providências, tendo — Pareceres favoráveis sobre o Projeto e a Emenda de Plenário (ns. 243, 244, 225, 226 e 227, de 1965) das Comissões — de Serviço Público Civil, com subemenda que oferece; — de Finanças, com a inclusão da subemenda da Comissão de Serviço Público Civil e — de Constituição e Justiça.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de

1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 206-A-64, na Casa de origem) que aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, efetuado por quem não seja transportador contratual", tendo — Parecer favorável, sob nºs 995, 996 e 997 das Comissões: — de Constituição e Justiça; — de Relações Exteriores e — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 118-A-65 na Casa de origem) que determina o registro do contrato de empréstimo celebrado en-

tre a União e o Governo do Pará, no valor de Cr\$ 300.000.000, tendo — Pareceres, sob nºs 993 e 994 de 1965, das Comissões — de Constituição e Justiça, favorável, — de Finanças, pela aprovação nos termos do substitutivo que oferece.

6

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 561, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Júlio Leite solicita informações a serem prestadas pelo Sr. Ministro Extraordinário Para a Coordenação dos Organismos Regionais, com referência a pedidos de financiamento submetidos à SUDENE e sobre empréstimos e financiamentos internacionais com aplicação dependente do mesmo órgão.

7

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 562, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Júlio Leite solicita informações, a serem prestadas pelo Ministério da Fazenda, com referência a pedidos de financiamento submetidos ao Banco do Nordeste do Brasil.

8

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 563, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Júlio Leite solicita informações, a serem prestadas pelo Ministério da Fazenda, com referência ao Regulamento do Programa de Financiamento à Média e à Pequena Indústria e ao Contrato de Empréstimo nº 96-OC-BB, firmado entre o Banco Nacional do Desenvolvimento

Econômico e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

9

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1965, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que torna obrigatório as representações oficiais do Brasil, no exterior, o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional (projeto aprovado em primeiro turno na sessão de 10 de mês em curso), tendo — Pareceres contrários, sob ns. 801, 802, 803 e 804, de 1965, das Comissões — de Constituição e Justiça; — de Relações Exteriores — de Economia — e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

— Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

8ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1965

As 16 horas do dia 19 de agosto de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Lopes da Costa, Presidente, presentes os Srs. Senadores José Leite, Mello Braga e Jefferson de Aguiar, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Senadores Eugênio de Barros e Arnon de Mello.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida aprovada.

Ao iniciar os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Jefferson de Aguiar, que emite parecer pela rejeição ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1963, que dispõe sobre o transporte de mercadorias importadas ou exportadas com o benefício de favores governamentais, e dá outras providências.

Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado.

Prosseguindo, o Sr. Senador Lopes da Costa convida o Sr. Senador José Leite para assumir a presidência, a fim de emitir os seguintes pareceres:

— pela aprovação ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50, para fim que especifica;

— pela rejeição ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1966, que dispõe sobre o abatimento dos preços de passagens nas ferrovias federais e de taxas telegráficas.

Submetidos os pareceres a discussão e votação, são aprovados, tendo o Sr. Senador Mello Braga votado com restrições quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 268, de 1964, e vencido quanto ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1966.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, Gerardo Lima de Aguiar, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Especial, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais".

AVISO

A Comissão Especial reunir-se-á no próximo dia 27 (vinte e sete) do mês

ATA DAS COMISSÕES

em curso, sexta-feira, às 15 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, a fim de debater com o Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, Doutor Mauro Thibau, matéria de interesse deste órgão.

Brasília, 24 de agosto de 1965. — Senador *Sigefredo Pacheco*, Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE JUNHO DE 1965

Presidente: Senador Afonso Arinos
Secretário: Maria Helena Bueno Brandão

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 30-65 — Disciplina o registro no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) dos acordos, convênios ou contratos com objetivos agropecuários, ou de interesse de política agrária, sem a obrigatoriedade de exame pelo Tribunal de Contas.

(Apresentado pelo Sen. Bezerra Neto). Senador Jefferson de Aguiar. Parecer — pela constitucionalidade e juridicidade com emenda.

Em 2-6-65 — Aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº 32-65 — Declara de utilidade pública o "Instituto Bom Pastor, de Ananindeua" sediado em Ananindeua, Estado do Pará. (Apresentado pelo Senador Cattete Pinheiro). Senador Jefferson de Aguiar. Parecer — pela constitucionalidade e juridicidade.

Em 2-6-65 — Aprovado.

Ofício nº 209-P (1) — (Ref. OF-264-57-P) do Pres. Supr. Trib. Fed. enviando cópia de acórdão do Rec. Extr. nº 17.246 de M. Gerais, julgado a 6-7-53 (inconstitucionalidade do Decreto Estadual nº 1.987 de 1939). Senador Jefferson de Aguiar. Parecer — pela Diligência do Supremo — Governo de Minas e Secretaria do Senado.

Em 2-6-65. Aprovado.

Projeto de Resolução nº 34-65 — Ofício nº 209-P (2) 53 — Ref. 264-57-P) do Pres. Supr. Trib. Fed. enviando cópia de acórdão do Rec. Extr. nº 19.157, de Minas Gerais, julgado a 26-9-52 (inconstitucional o Decreto nº 1.076-44). Senador Jefferson de Aguiar. Parecer — pelo arquivamento.

Em 2-6-65. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº 28-65 — Institui o curso artístico no ensino técnico de grau médio e dá outras providências, modificando a Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

(Apresentado pelo Senador Bezerra Neto). Senador Menezes Pimentel. Parecer — pela constitucionalidade juridicidade.

Em 2-6-65. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº 24-65 — Dispõe sobre o pagamento de gratificação anual, a título de participação, por empresas de fins lucrativos, e dá outras providências.

(Apresentado pelo Senador Edmundo Levi). Senador Menezes Pimentel. Parecer — pela sustação, a fim de ser anexado à Mensagem do Governo sobre matéria igual.

Em 2-6-65. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº 7-65 — Modifica a forma de pagamento do 13º mês de salário instituído pela Lei nº 4.090, de 13-7-62.

(Apresentado pelo Senador Faria Tavares). Senador Heribaldo Vieira. Parecer — pela sustação, a fim de ser anexado à Mensagem do Governo sobre matéria idêntica.

Em 2-6-65. Aprovado.

Ofício nº 13-P (I) de 21-2-64, do Pres. Supr. Trib. Fed. encaminhando cópia autêntica de acórdão do Rec. Extraordinário contra aresto do Trib. Justiça Est. do Rio, que declarou inconstitucional a cobrança da taxa de 4% sobre a averbação de contratos de promessas de compra e venda de imóveis criada pela Lei Est. nº 3.870 de 1959 art. 53, ficando, assim confirmada a dita decisão.

Senador Aloysio de Carvalho. Parecer — pelo arquivamento

Em 2-6-65. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 89-65 — Regula a ação popular. Senador Aloysio de Carvalho. Parecer — Favorável. Sen. Josaphat Marinho pede vista.

Em 2-6-65. Aprovado.

Ofício nº 723-P (j) de 30 de agosto de 1962 do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autêntica do acórdão do Recurso Extraordinário nº 36.298 de Minas Gerais, julgado a 16-6-61 (inconstitucionalidade da Lei 760, art. 20, taxa de recuperação econômica).

Senador Josaphat Marinho — Parecer — Favorável com Projeto de Resolução.

Em 2-6-65. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 39-64 — Modifica os artigos 1º e 13 do Decreto-Lei nº 7.729 de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis federais no estrangeiro e dá outras providências.

Senador Josaphat Marinho — Parecer — pela constitucionalidade e juridicidade.

Em 2-6-65. Aprovado.

Projeto de Resolução nº 71-64 — (Of. 208-P-59 (3) — do Pres. do STF, enviando cópia autêntica julgamento. Representação. 359 — Bahia (inconstitucionalidade da Lei estadual 5.4 de 1952). Senador Edmundo Levi. Parecer — Tornando sem efeito a Resolução nº 17 de 24-3-65.

Em 2-6-65. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo número 20-65 — Aprova o acordo comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal em Brasília, a 23 de setembro de 1964. Senador Jefferson de Aguiar. Parecer — Favorável.

Em 2-6-65. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 83-65 — que regula a ação popular. Senador Jefferson de Aguiar. Parecer — pela constitucionalidade, aprovado, votando o Sen. Josaphat Marinho com restrições, quanto ao disposto, notadamente, nos artigos 7 e 21, para oportuno reexame.

Sen. Ruy Carneiro, com restrições referidas pelo Sen. Josaphat Marinho. Sen. Argemiro de Figueiredo, com as mesmas restrições referidas pelo Sen. Josaphat Marinho.

Em 4-6-65. Aprovado.

Requerimento DP-1.102-64 — Mirnady Lopes Ribeiro, viúva de José Gomes Ribeiro, Guarda de Segurança, PL-9, solicita restabelecimento do salário-espósa. Senador Jefferson de Aguiar. Parecer — contrário

Em 4-6-65. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 116-65 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Senador Edmundo Levi. Parecer — pela constitucionalidade e juridicidade.

Em 9-6-65. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 97-65 — Altera o art. 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, que "autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências. Senador Jefferson de Aguiar. Parecer — pela constitucionalidade com 1 emenda.

Em 9-6-65. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo número 129-64 (nº 51-A-63-CD) Aprova o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo do contrato celebrado entre a Sexta Região Militar e o Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos. Senador Edmundo Levi. Parecer — Favorável

Em 9-6-65. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 156 de 1964 — (nº 95 de 1963 — CD) Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas de registra a termo aditivo a contrato, celebrado entre o Governo da União e o Governo do Estado da Bahia, para manutenção da

Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Canavieiras. — Senador Edmundo Levi. — Parecer — Favorável. Em 9 de junho de 1965. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 147 de 1964 — (nº 85-A de 1963 — CD) Mantém autorização do registro, sob reserva, da concessão da extranumerário, guarda, referência 20, Almir Figueira da Costa, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. — Senador Edmundo Levi. — Parecer — Favorável. Em 9 de junho de 1965. — Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 296 de 1964 — (nº 1.720-B de 1964 — Câmara) dispõe sobre a naturalização dos filhos menores, nascidos antes da naturalização dos pais, modifica os artigos 3º e 4º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, revoga a Lei nº 4.404, de 14 de setembro de 1964, e dá outras providências. — Senador Edmundo Levi. — Parecer — Pedido de vista pelo Senador Antônio Balbino. — Em 3 de junho de 1965. — Aprovado.

Ofício nº 813-P de 27 de maio de 1965 do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos do Conflito de Jurisdição nº 2.739, do Estado de São Paulo, que declara inconstitucionalidade, em parte, a disposição do artigo 2º da Lei nº 1.890, de 13 de junho de 1953, e dá por competente a Junta de Conciliação e Julgamento de Santo André. — Senador Jefferson de Aguiar. — Parecer — Favorável com Projeto de Resolução. Em 9 de junho de 1965. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº 35 de 1965 — Altera o artigo 2º da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional (Senador Vasconcelos Torres). — Senador Argemiro de Figueiredo. — Parecer — Pela constitucionalidade e juridicidade. Em 9 de junho de 1965. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº 23 de 1965 — Da nova redação à alínea a do artigo 4º da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. (Apresentado pelo Senador Vasconcelos Torres). — Senador Josaphat Marinho. — Parecer — Pela inconstitucionalidade. Em 9-6-65. Aprovado.

Ofício nº 188 de 1963 — do Senhor 1º Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando ao Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo nº 39 de 1963, que "Institui a Biblioteca do Congresso. — Senador Heribaldo Vieira. — Parecer — Pela constitucionalidade. Em 9 de junho de 1965. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 130 de 1964 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório a registro de. — Senador Edmundo Levi. — Parecer — Favorável. Em 9 de junho de 1965. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 146 de 1964 — Mantém decisão de registro sob reserva, do Tribunal de Contas da União, de despesa realizada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. — Senador Edmundo Levi. — Parecer — Favorável. Aprovado. (Em 9-6-65).

Projeto de Lei do Senado nº 9 de 1964 — Dispõe sobre o ingresso na carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo. — Senador Antônio Balbino. — Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado, vencido o Senador Jefferson de Aguiar, que votou pela inconstitucionalidade da restrição contida no artigo 1º, só permitindo a admissão de candidatos do sexo masculino. — (Em 9 de junho de 1965).

Projeto de Lei do Senado nº 2 de 1964 — Aplica aos inativos da Previdência Social o disposto na Lei nº 4.286, de 3 de outubro de 1963. — Senador Antônio Balbino. — Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Aprovado. — (Em 9 de junho de 1965).

Projeto de Decreto Legislativo nº 145 de 1964 — Mantém ato denegatório de registro ao termo aditivo de contrato celebrado pelo Ministério da Aeronáutica com o Senhor Jorge Aguiar. — Senador Jefferson de Aguiar. — Parecer favorável. Aprovado. — (Em 11 de junho de 1965).

Projeto de Lei do Senado nº 57 de 1964 — Altera os quantitativos de fatores de custeio para a receita da Carteira de Seguro Social dos Advogados do Brasil. — Senador Jefferson de Aguiar. — Parecer pelo arquivamento. Aprovado. (Em 11 de junho de 1965).

Projeto de Lei do Senado nº 31 de 1964 — Dispõe sobre equiparação ao crime de contrabando ou descaminha-mento o deslocamento de café para destino diferente do autorizado pelo Instituto Brasileiro do Café. — Senador Jefferson de Aguiar. — Pela aprovação das emendas 1 e 2, com sub-emenda 4 e 3 com subemenda, 4 e 6; rejeição emendas 7 e 9; prejudicialidade emendas 5 e 8. Aprovado. (Em 11 de junho de 1965).

Projeto de Lei da Câmara nº 254 de 1964 — Concede a inclusão da Escola de Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Senador Edmundo Levi. — Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Aprovado. (Em 11 de junho de 1965).

Ofício nº S-3, de 1965, relativo ao Of 249 do Senhor Procurador-Geral da Justiça do Estado da Guanabara, solicitando licença para a instrução de processo criminal contra o Senhor Senador Nelson Maculan. — Senador Heribaldo Vieira. — Parecer — Relatório apresentado e aprovado. Votação secreta nos Termos do Regimento. Em 16 de junho de 1965. — Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 120 de 1965 — Institui o Código Eleitoral. — Senador Aloysio de Carvalho. — Parecer — Aprovado — Favorável. Das 59 emendas apresentadas pelo Relator só a de nº 45 foi rejeitada, propondo a Comissão uma emenda ao Artigo 327 que foi aceita pelo Relator e tomou o nº 60 e a de nº 56 foi sugerida pela Comissão outra redação, também aceita pelo Relator. — Em 22-6-65. Aprovado.

Mensagem nº 205 de 1965 — Do Senhor Presidente da República submetendo a aprovação do Senado Federal o nome do Desembargador Marcelo Ribeiro, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Cândido Mesquita da Cunha Lobo. — Senador Jefferson de Aguiar. — Parecer — Secreto.

Projeto de Lei da Câmara nº 190 de 1965 — Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. — Senador Jefferson de Aguiar. — Parecer favorável com 5 emendas, aprovado, votando os Senhores Senadores Heribaldo Vieira e Edmundo Levi, com restrições quanto ao projeto.

Projeto de Lei do Senado nº 34 de 1965 — Retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria a Colônia Federal no Município de Xanxaré, Estado de Santa Catarina. — Senador Jefferson de Aguiar. — Pela constitucionalidade e juridicidade. — Aprovado.

DISTRIBUIÇÃO

1-6-65

Ao Senador Jefferson de Aguiar: Projeto de Decreto Legislativo número 30-65 — Aprova o Acordo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23-9-64.

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1965 — Define o crime de sonegação fiscal.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1965 — Altera o art. 134 do Código de Processo Civil.

2-6-65

Ao Senador Edmundo Levi:

Projeto de Resolução nº 78-64 — Ofício de 15-5-59, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, enviando cópia do acórdão de julgamento da Representação nº 260, da Bahia, julgada a 28-10-56 (inconstitucionalidade das leis baianas ns. 544, de 6 de março de 1953; 503, de 28-11-52 e 506, de 6-3-55) Ofício nº 335-P-59(2).

Ao Senador Jefferson de Aguiar:

Requerimento DP-1.102-64, de Nifnaly Lopes Ribeiro, viúva de José Gomes Ribeiro, Guarda de Segurança PL-9, solicita restabelecimento do salário-esposa.

Ofício nº 813-P, de 27-5-65, do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão nº 2.739, do Estado de S. Paulo, que declara inconstitucional, em parte, a disposição do art. 2º da Lei nº 1.890, de 13-6-53, e dá por competente a Junta de Conciliação e Julgamento de Santo André.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Ofício nº 812-P, de 27-5-65, do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos da Representação nº 503, do Estado do Paraná, que declara inconstitucional a Lei Estadual nº 4, de 11-2-60.

Ao Senador Edmundo Levi:

Ofício nº 17.447-G, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, encaminhando cópia da Denúncia oferecida contra o Senador Atílio Fontana, a fim de dar andamento a processo que a Justiça Pública move aos Diretores e vendedores do "Moinho da Lapa S. A."

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Resolução nº 40-65 — E' criada a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, composta de cinco membros.

3-6-65

Ao Senador Jefferson de Aguiar:

Projeto de Lei da Câmara nº 97-65 — Altera o art. 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1952, que "autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências.

Ao Senador Argemiro de Figueiredo:

Projeto de Lei do Senado nº 2-63 — Acrescenta um parágrafo ao artigo 6º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

8-6-65

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Ofício 13-P(VI) do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão do Recurso em Mandado de Segurança 10.956, do Estado de Pernambuco, declarando a invalidade da Lei Estadual 3.780, de 28-11-60, que criou a taxa de eletrificação, fluoração e abastecimento d'água e de melhoria de estradas.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Ofício nº 523-P(2), do Presidente do Sup. Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do Recurso Extraordinário 29.685, de Minas Gerais (inconstitucionalidade da Taxa sobre o café mandada cobrar pela lei orçamentária do Estado de Minas Gerais para o exercício de 1947, por inexistir lei anterior autorizando tal tributo, tal como o exige o art. 147, § 3º, da Constituição Federal)

Ao Senador Jefferson de Aguiar:

Projeto de Lei do Senado nº 31-64 — Dispõe sobre equiparação do crime de contrabando ou descaminho é deslocamento de café para destino diferente do autorizado pelo IBC.

Projeto de Decreto Legislativo número 145-64 — Manté o ato denegatório de registro ao termo aditivo de contrato celebrado pelo Ministério da Aeronáutica com o Sr. Jorge Aurelio Possa, para, na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, desempenhar a função de Professor de Português.

Ao Senador Argemiro de Figueiredo:

Projeto de Lei do Senado nº 40-64 — Altera o Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências. (Apresentado pelo Senador Guido Mondim).

Projeto de Lei da Câmara nº 96-65 — Dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins e dá outras providências.

9-6-65

Ao Senador Antonio Balbino.

Ao Senador Antônio Balbino:

Projeto de Lei da Câmara nº 74-65 — Dispõe sobre a correção do valor original dos bens do ativo de empresas de energia elétrica.

10-6-65

Ao Senador Jefferson de Aguiar: Ofício S/Nº da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre peças de automóveis.

Projeto de Lei do Senado nº 38-65 — Dispõe sobre o uso de viaturas oficiais.

14-6-65

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei da Câmara nº 120-65 — Institui o Código Eleitoral.

Ofício S/Nº — do Presidente da Comissão de Estudos Eleitorais encaminhando conclusão do estudo de reforma eleitoral promovida por esta Comissão.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei do Senado nº 39-65 — Estabelece prioridade para estudos do ensino médio gratuito.

18-6-65

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei do Senado nº 18-65 — Dispõe sobre matrículas no curso superior em benefício de famílias numerosas.

21-6-65

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Projeto de Lei do Senado nº 53-64 — Estabelece normas para a remessa e tramitação no Congresso Nacional dos tratados e convenções pelo Presidente da República.

23-6-65

Ao Senador Bezerra Neto:

Ofício nº 621-P (g), — de 21-8-62 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do Recurso de Mandado de Segurança nº 8.600, da Guanabara julgado a 21-6-61, (inconstitucionalidade da Taxa Suplementar de 1% criada pela Lei nº 2.755, de 16-4, de 1956).

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1965 — Regula o exercício da profissão de Técnico de Administração. (Apresentado pelo Sr. Senador Wilson Gonçalves).

Ao Senador Josaphat Marinho:

Ofício nº 723-PP (h), de 30-8-62 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia

autenticada de acórdão do Recurso do Mandado de Segurança nº 8.517, do Rio Grande do Sul, julgado a 18-12-61 (Inconstitucionalidade da Lei nº 3.421, de 10-7-58).

Ao Senador Argemiro de Figueiredo:

Projeto de Decreto Legislativo número 23, de 1965 — Modifica o artigo 6º do Decreto Legislativo nº 19, de 12 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Ao Senador Jefferson de Aguiar:

Mensagem nº 205 de 1965 (nº 412, de 16-8-65 — Presidência) do Senhor Presidente da República submetendo à consideração do Senado Federal, o nome do Desembargador Márcio Ribeiro, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Cândido Mesquita da Cunha Lobo.

Ao Senador Heribaldo Vieira:

Ofício nº 50, de 26-4-65 — do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, encaminhando documentos do Inquérito Policial Militar, instaurando neste Estado, por delegação de poderes do Marechal-Presidente da Comissão Geral de Investigações e que acompanhavam a denúncia oferecida pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, contra José Augusto de Araújo e outros indicados.

25-6-65

Ao Senador Menezes Pimentel (redistribuído):

Projeto de Decreto Legislativo número 23-65 — Modifica o art. 6º do Decreto Legislativo nº 19, de 12-12-62 e dá outras providências.

28-6-65

Ao Senador Jefferson de Aguiar:

Projeto de Lei do Senado nº 31-64 — Dispõe sobre equiparação ao crime de contrabando ou descaminho o deslocamento do café para destino diferente do autorizado pelo Instituto Brasileiro do Café.

RESUMO

Reuniões:

Ordinárias	3
Extraordinárias	4
Projetos Relatados	37
Projetos Distribuídos	33
Ofícios Expedidos	7
Ofícios Recebidos	2
Diligências	7
Pedidos de vista	2
Publicações para Estudo	2
Votos proferidos	7
Projetos de Resolução Apresentados	3
Emendas Apresentadas	66
Subemendas apresentadas	—
Emendas Substitutivas	—

Brasília, em 30 de junho de 1965.
— Maria Helena Bueno Brandão.
— Oficial Legislativo, PL-6, Secretária da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE ECONOMIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE JUNHO DE 1965

Presidente: Senador: Atílio Fontana
Secretário: Aracy O'Reilly de Souza

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

PLS nº 9, de 1965 — Torna obrigatório às representações oficiais do Brasil no exterior, o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional. — Sen. José Leite. — Contrário. Aprovado em 3 de junho de 1965.

PDL nº 20, de 1965 — Aprova o Acordo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964. — Sen. José Leite. — Favorável. Aprovado em 3 de junho de 1965.

PLC nº 385, de 1956 — Concede direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para o aparelhamento cirúrgico e de urologia, destinado à instalação da 14ª Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia do Distrito Federal (Rio de Janeiro). — Sen. Miguel Couto. — Favorável à emenda substitutiva nº 1 e contrário à de nº 2 do Projeto. Aprovado em 3.6.65.

PLS nº 30, de 1955 — Autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem, em suas contabilidades, o livro "Diário" e de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes Diários e Balanços", cujas características define: atribui eficácia probatória aos lançamentos efetuados segundo o sistema de "partidas" ou "vouchers" e dá outras providências. — Sen. Jefferson de Aguiar. — Favorável, com as emendas da Câmara. Aprovado em 6.6.65, sem restrições.

PLS nº 162, de 1963 — Dispõe sobre a supressão gradativa das importações de trigo estrangeiro. — Senador Atílio Fontana. — Contrário ao Projeto. Aprovado em 9 de junho de 1965, sem restrições.

PDL nº 22, de 1965 — Aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964. — Senador José Leite. — Favorável. — Aprovado em 24.6.65, sem restrições.

PLS nº 81, de 1964 — Dispõe sobre o financiamento às prefeituras de orçamento limitado pelos estabelecimentos de crédito oficial, para aplicação em equipamento rodoviário. — Sen. Bezerra Neto. — Contrário à emenda apresentada pelo Sen. Antônio Carlos. Aprovado, com restrições em 24.8.65.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Senador José Leite:

PDL nº 22, de 1965 — Aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964. — Distribuído: em 10.6.65.

Ao Senador Irineu Bornhausen:

PDL nº 25, de 1965 — Aprova o Acordo de Garantia e Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965. — Distribuído: em 24 de junho de 1965.

SÍNTESE

Número de reuniões realizadas — 3 — (1 Ext.).
Número de projetos relatados — 7.
Número de projetos distribuídos — 2.
Número de ofícios recebidos — 2.

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE JUNHO DE 1965

Argemiro de Figueiredo

Presidente: Senador Hugo Rodrigues Figueiredo

Secretário:

Assessores:

PARECERES PROFERIDOS

Em 2-8-65

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara número 100-65 — Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. —

Senador Antônio Jucá — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 105-65 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores crédito especial de Cr\$ 370.000.000, para atender às despesas decorrentes da realização da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária. — Senador Antônio Jucá. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 93-65 — Modifica a Lei número 3.760, de 25 de abril de 1960, que concede pensão especial de Cr\$ 40.000 à viúva e filhos do Senador Lameira Ritten-court. — Senador Antônio Jucá. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 87-65 — Altera o artigo 5º da Lei Delegada número 6, de 26 de setembro de 1962, que autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências. — Senador Antônio Jucá. — Solicitada audiência da Comissão de Justiça. — Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 82-65 — Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências. — Senador Antônio Jucá. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado número 53-61 — Determina a delimitação de zonas industriais no Distrito Federal. — Senador Aurélio Viana. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 79-65 — Autoriza o Poder Executivo a permutar um terreno de propriedade da União Federal por outros pertencentes ao Município de Guarapuava, Estado do Paraná. — Senador Aurélio Viana. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 86-65 — Autoriza o cancelamento de débito do espólio de Condral Vilhena, antigo Diretor Gerente da Companhia de Navegação Costeira, incorporada ao Patrimônio Nacional. — Senador Aurélio Viana. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 90-65 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um automóvel "Chevrolet Impala" de propriedade de Ieda Maria Vargas. — Senador Lobão da Silveira. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 75-65 — Fixa novos valores dos símbolos de cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências. — Senador Lobão da Silveira. — Parecer favorável. — Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 96-65 — Dispõe sobre os serviços de registro do comércio e atividades afins e dá outras providências. — Senador Lino de Matos. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 88-65 — Isenta de impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos destinados à Telefônica Píndia S.A. — Senador Lino de Matos. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 83-65 — Cria o Quadro de Práticos da Armada e dá outras providências. — Senador Lino de Matos. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 92-65 — Dispõe sobre o exercício da atividade hemopetápica no Brasil e dá outras providências. — Senador Lino de Matos. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 81-65 — Disciplina o recolhimento, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, de seus saldos orçamentários, já compensados, e dá outras providências. — Senador Mem de Sá. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 99-65 — Isenta a Fábrica Nacional de Motores S.A. de impostos federais e dá outras providências. — Senador Mem de Sá. — Parecer favorável. — Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 91-65 — Revigora o crédito autorizado pela Lei número 4.271, de 24 de outubro de 1963, para abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 400.000.000, destinado à integralização da quota de participação da União na Sociedade de Economia Mista "Aços Frios Piratini", correspondente ao exercício de 1962. — Senador Pessoa de Queiroz. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 87-65 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos destinados à Empresa Telefônica de Uberaba S.A. — Senador Eurico Rezende. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 307-64 — Concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel e dá outras providências. — Senador Eurico Rezende. — Parecer favorável às emendas 1, 2 e 3. — Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 80-65 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 39.412.700, destinado a atender às despesas com o prosseguimento e conclusão das obras de Alfândegas de Itajaí, Estado de Santa Catarina. —

Projeto de Lei da Câmara número 98-65 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de 650.189.50, para atender às despesas com o enquadramento de seu pessoal civil. — Senador Argemiro de Figueiredo. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 101-65 — Isenta de impostos de importação e de consumo bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão. (PABRE). — Senador Argemiro de Figueiredo. — Parecer favorável. — Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 104-65 — Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. — Senador Mem de Sá. — Parecer favorável. Aprovado, bem como as 36 emendas.

Em 9 de Agosto de 1965

Projeto de Lei da Câmara nº 107-65 — Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências.

Senador Wilson Gonçalves.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 114-65 — Eleva a pensão especial concedida aos herdeiros de Clóvis Bevilacqua.

Senador Mem de Sá.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 317-64 — Dispõe sobre gratificação especial de representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Senador Mem de Sá.

Parecer pelo retorno à Comissão de Serviço Público. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 103-65 — Exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Senador Lino de Matos.

Ofício ao Sr. Presidente comunicando redação final orçada da Câmara. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo número 20-65 — Aprova o Acordo Comercial assinado entre os Estados

Unidos do Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Senador Wilson Gonçalves.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 85-65 — Dispõe sobre a transferência de próprio nacional ao Estado de Minas Gerais e à Prefeitura de Belo Horizonte.

Senador Aurélio Viana.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 108-65 — Transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências.

Senador Walfredo Gurgel.

Parecer favorável, tendo o Senador Aurélio Viana assinado com restrições. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 113-65 — Isenta a taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o art. 66, da Lei 3.244, de 14 de agosto de 1957, material doado a estabelecimento hospitalar.

Senador Wilson Gonçalves.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo número 21-65 — Aprova o texto do Acordo Cultural assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Senegal, em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Senador Wilson Gonçalves.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 169-65 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para reconstrução da ponte sobre o rio Prata, no trecho João Pinheiro-Paracatu.

Senador Aurélio Viana.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 110-65 — Transfere a Seção de irrigação da Divisão de Aguas do Departamento Nacional da Produção, do Ministério das Minas e Energia, para o Serviço de Promoção Agropecuária, do Departamento de Promoção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Senador Lobão da Silveira.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 77-65 — Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 a órgãos subordinados à Presidência da República e a diversos Ministérios.

Senador Walfredo Gurgel.

Parecer favorável. Aprovado, com restrições pelo Senador Aurélio Viana.

Projeto de Lei do Senado nº 82-65 — Dispõe sobre a instalação, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, de refinaria de petróleo e usinas de fertilizantes nitrogenados e dá outras providências. (Apresentado pelo Senador José Ermirio).

Senador Antônio Jucá.

Parecer pela audiência das Comissões de Minas e Energia e de Economia. O Sr. Mem de Sá assina, quanto ao mérito, contrário ao projeto e favorável às audiências citadas. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 115-65 — Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico e dá outras providências.

Senador Aurélio Viana.

Parecer favorável com 4 emendas. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 118-65 — Autoriza o Poder Executivo a alugar, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 70.058.200 (setenta milhões e cinquenta e oito mil trezentos e quatro cruzeiros) para atender às despesas com o pagamento de contribuição do Brasil relativa ao financiamento dos estudos preliminares necessários à construção do "Tampón del Darién" trecho da Estrada Pan-americana.

Senador Walfredo Gurgel.

Parecer favorável. Aprovado.

Em 10 de Junho de 1965

Projeto de Decreto Legislativo número 2-65 — Aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.

Senador Aurício Rezende.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo número 146-64 — Mantém decisão de registro, sob reserva, do Tribunal de Contas da União, da despesa realizada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Senador Victorino Freire.

Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei do Senado nº 9-65 — Torna obrigatório às representações oficiais do Brasil, no exterior e o uso exclusivo de veículos fabricados pela indústria automobilística nacional. (Apresentado pelo Senador Vasconcellos Torres).

Senador Mem de Sá.

Parecer contrário. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 385-65 — Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para o aparelhamento cirúrgico e de urologia, destinado à instalação da 14ª Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia do Distrito Federal.

Senador Irineu Bornhausen.

Parecer favorável à subemenda da Comissão de Justiça e contrário à de emenda nº 2 de Plenário. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 119-65 — Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social para a importação de objetos doados pela Holanda à Província Carmelita de Santo Elias.

Senador Mem de Sá.

Parecer favorável. Aprovado.

Em 23 de Junho de 1965

Projeto de Lei da Câmara nº 122-65 — Estabelece normas para o aproveitamento, como servidores civis efetivos, dos militares remanescentes das extintas Companhias de Serviço Industrial.

Senador Mem de Sá.

Parecer contrário. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 103-65 — Exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares. — Senador Lino de Mattos. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara número 47-65 (nº 1.413-B-63 — na Câmara), que dispõe sobre concessão de auxílio compensatório a municípios novos, autoriza abertura do crédito especial e dá outras providências. — Senador Mem de Sá. — Parecer contrário. Aprovado.

Em 30 de junho de 1965

Projeto de Decreto Legislativo número 145-64 (nº 83-A-63 — na Câmara) — Mantém ato denegatório de registro ao termo de contrato celebrado

pelo Ministério da Aeronáutica com o Sr. Jorge Aurélio Possa, para, na Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, desempenhar a função de Professor de Português. — Senador Eurico Rezende. — Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 147-64 (nº 85-A-63 — na Câmara) — Mantém autorização do registro, sob reserva, da concessão da melhoria de aposentadoria ao extranumerário, guarda, referência 20, Almir Figueira da Costa, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. — Senador Eurico Rezende. — Parecer favorável. Aprovado.

Ofício nº 60-65 — Do Diretor-Presidente da Companhia de Navegação do São Francisco, encaminhando cópias do Balanço, da Conta de Lucros e Perdas, do Relatório da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1964. — Senador Lino de Mattos. — A Comissão Financeira toma conhecimento e pede arquivamento. Aprovado.

Ofício nº 79-65 — Do Presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, encaminhando relatório das suas atividades e cópia de balanço correspondente ao exercício de 1964. — Senador Eurico Rezende. — Toma conhecimento e pede arquivamento. Aprovado.

Ofício S-7-65 (GGG nº 564), de 22 de junho de 1965, do Governador do Estado da Guanabara, solicitando a indispensável autorização do Senado Federal para que o Estado da Guanabara possa, através de sua autarquia — Superintendência do Serviço Médico — SUSEME, contrair empréstimo até o valor de DM 8.200.000 (oito milhões e duzentos mil marcos alemães), com o Kreditanstalt Fur Wiederaufbau de Frankfurt. — Senador Irineu Bornhausen. — Parecer favorável nos termos de Projeto de Resolução. Aprovado.

SÍNTESE

Número de Reuniões realizadas ..	7
Número de Projetos Relatados ...	51
Número de Projetos Distribuídos ..	47
Número de Projetos Apresentados ..	1
Número de Ofícios Expedidos	6
Número de Ofícios Recebidos	3

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE JUNHO DE 1965

Presidente: Senador José Feliciano

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Decreto Legislativo número 22-65 — Aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964. — Senador Dylton Costa. — Parecer favorável. Aprovado. (Em 24.6.65).

Projeto de Lei do Senado nº 31-64 — Dispõe sobre equiparação ao crime de contrabando ou descaminho o deslocamento de café para destino diferente do autorizado pelo Instituto Brasileiro do Café. — Senador Atílio Fontana. — Favorável às emendas 1, 4 e 1ª item da de nº 6 e a emenda nº 9 e as emendas 2 e 3 com sub-emendas; rejeição da emenda número 7; prejudicialidade das emendas 5 e 6, apresentando emenda substitutiva. (Em 24.6.65).

Projeto Decreto Legislativo nº 25-65 — Que aprova o Acordo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em fevereiro de 1965. — Senador Irineu Bornhausen. Parecer favorável, aprovado, vencido o Senador Barros de Carvalho. — (Em 30 de junho de 1965).

DISTRIBUIÇÕES

10.6.65

Projeto Decreto Legislativo nº 25-65 — Aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, assinado no Rio de Janeiro, em 14.9.64.

24.6.65

Projeto Decreto Legislativo nº 25-65 — Que aprova o Acordo de Garantia de Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em fevereiro de 1965.

RESUMO

Reuniões realizadas — 2 (extraordinárias).

Projetos relatados — 3.

Emendas Substitutivas — 1.

Brasília, em 30 de junho de 1965. — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-6, Secretária da Comissão de Indústria e Comércio.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE JUNHO DE 1965

Presidente: Senador Dix Huit Rosado.

Secretário: Sarah Abrahão.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Parecer nº 667-65:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara número 31, de 1965 (número 641-A-65, na Casa de origem), que considera morto em defesa da ordem das instituições e do regime o Tenente-Coronel — Aviador Rubens Florentino Vaz.

Senador Sebastião Archer.

Aprovado.

Parecer nº 671-65:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara número 38, de 1963 (nº 2.704-B-61, na Casa de origem) que regula as atividades do representante comercial autônomo.

Senador Walfredo Gurgel.

Aprovado.

Parecer nº 672-65:

Redação final do Projeto de Resolução nº 41, de 1965, que suspende a execução do art. 62, § 2º, do Regimento de Custas do Estado de Goiás.

Senador Josaphat Marinho.

Aprovado.

Parecer nº 673-65:

Redação final do Projeto de Resolução nº 42, de 1965, que suspende a execução do ato nº 998, de 9 de janeiro de 1936, da Municipalidade de São Paulo.

Senador Josaphat Marinho.

Aprovado.

Parecer nº 674-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 43, de 1935, que suspende a execução do art. 104, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 92 e seus § da Lei número 109, de 16 de fevereiro de 1948, do mesmo Estado.

Senador Josaphat Marinho

Aprovado.

Parecer nº 675-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 46, de 1965, que suspende, em parte, a execução do art. 102 da Lei número 321, de 8 de janeiro de 1949, do Estado da Paraíba.

Senador Josaphat Marinho.

Aprovado.

Parecer nº 676-65:

Redação final do Projeto de Resolução número 47, de 1965, que suspende a execução da Lei número 1.077, de 10 de abril de 1950, do Estado de Mato Grosso.

Senador Josaphat Marinho.

Aprovado.

Parecer nº 714-65:

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 63, de 1965 (nº 2.704-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País.

Senador Sebastião Archer.

Aprovado.

Parecer nº 715-65:

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1965 (nº 2.700-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera a Lei número 2.743, de 6 de março de 1956, e cria a Campanha de Erradicação da Malária.

Senador Sebastião Archer.

Aprovado.

Parecer nº 716-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1965 (nº 197-A de 1964 na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 14 de setembro de 1954, aditivo ao contrato celebrado, em 12 de março de 1954, entre o Governo Federal e Ortegai Benevides de Azevedo.

Senador Sebastião Archer.

Aprovado.

Parecer nº 717-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1965 (número 202-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao convênio celebrado, em 19 de março de 1961, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Senador Sebastião Archer.

Aprovado.

Parecer nº 718-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1965 (número 185-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de cooperação celebrado em 19 de dezembro de 1953, entre o Governo da União e Otávio Miranda e sua mulher Erminda Cribillete Miranda.

Senador Sebastião Archer.

Aprovado.

Parecer nº 719-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1965 (número

174-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 3 de dezembro de 1958, do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Senador Sebastião Archer.

Aprovado.

Parecer nº 720-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 1964 (nº 54-A de 1963, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 10 de março de 1954, aditivo ao acordo de 15 de abril de 1952, celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais.

Senador Sebastião Archer.

Aprovado.

Parecer nº 721-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 1964 (número 188-A-64, na Casa de origem), que determina o registro do contrato celebrado, em 13 de janeiro de 1960, entre a União Federal e o Banco do Brasil S.A.

Senador Sebastião Archer.

Aprovado.

Parecer nº 722-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1964 (nº 188-A-64, na Casa de origem), que torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, em 10 de maio de 1960, da concessão de que trata a apostila lavrada com base na Lei nº 1.050, de 1950, combinada com as Leis 1.229, de 1950, e 2.745, de 1956, relativa à aposentadoria de Raidec Cabral Huguet.

Senador Sebastião Archer.

Favorável.

Parecer nº 740-65:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1965 (nº 2.701-B de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que estende aos remanescentes ou reformados da extinta Polícia Militar do antigo Território do Acre as disposições da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, que institui o novo Código de Vencimentos dos Militares.

Senador Josaphat Marinho.

Favorável.

Parecer nº 741-65:

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 1963, que altera a redação do art. 461 "caput" e seu § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Senador Josaphat Marinho.

Favorável.

Parecer nº 742-65:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1964 (nº 313-B-63, na Casa de origem), que dá nova redação à alínea c do artigo 15 da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, que dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha S. A.

Senador Walfredo Gurgel.

Favorável.

Parecer nº 743-65:

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 1964 (nº 1.781-B-64, na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezem-

bro de 1963, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1964.

Senador Walfredo Gurgel.

Favorável.

Parecer nº 744-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1964 (número 157-A-64, na Casa de origem), que aprova o Acordo sobre Privilegios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica.

Senador Walfredo Gurgel.

Favorável.

Parecer nº 745-65:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1964 (número 179-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de 17 de janeiro de 1951, aditivo ao contrato celebrado, em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antonio Mario Barreto.

Senador Josaphat Marinho.

Favorável.

Parecer nº 751-65:

Redação final do Projeto de Resolução nº 60, de 1965, que torna sem efeito a Resolução nº 17, de 24 de março de 1935, do Senado Federal.

Senador Sebastião Archer.

Favorável.

Parecer nº 761-65:

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 103, de 1965 (nº 2.732-B-65, na Casa de origem), que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Senador Edmundo Levi.

Favorável.

Parecer nº 777-65:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1965 (nº 2.731-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede isenção das taxas de Despacho Aduaneiro e de Melhoramento dos Portos para um aparelho de Raios X, doado ao Circulo Operário Porto Alegrense, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Senador Edmundo Levi.

Favorável.

Parecer nº 778-65:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1965 (nº 2.756-B de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, crédito especial de Cr\$ 370.000.000 (trezentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária.

Senador Walfredo Gurgel.

Favorável.

Parecer nº 779-65:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1965 (nº 2.742-B de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que disciplina o recolhimento pelo Departamento dos Correios e Telégrafos de seus saldos orçamentários já empenhados, e dá outras providências.

Senador Edmundo Levi

Favorável

Parecer nº 780-65

Redação final da emenda do Senado ao do Projeto de Lei da Câmara número 82, de 1965, (nº 2.740-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador, e dá outras providências.

Senador Walfredo Gurgel.

Favorável.

Parecer nº 781-65:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1965 (nº 2.632-B de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que revoga o art. 2º da Lei número 1.024-A, de 29 de dezembro de 1949, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Prefeitura de Salvador, Estado da Bahia, uma área de terra para fim de utilidade pública.

Senador Edmundo Levi.

Favorável.

Parecer nº 787-65

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 77 de 1965 (nº 2.652-B na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir pelos Órgãos subordinados à Presidência da República e Ministério que mencionam, créditos especiais no montante de Cr\$ 47.033.454.687,40 (quarenta e sete bilhões, trinta e três milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros e quarenta e cinco centavos) — Senador Walfredo Gurgel — Favorável.

Parecer nº 789-65 — Redação final do turno suplementar, do Substitutivo ao Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1965 (nº 2.749-B de 1965, na Casa de origem), que define o crime de sonegação fiscal, e dá outras providências. — Parecer nº 791 de 1965 — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Parecer nº 791-65 — Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1965 (número 2.730-B-65, na Casa de origem), que altera o art. 5º da Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, que autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos, e dá outras providências. — Senador Walfredo Gurgel — Favorável.

Parecer nº 792-65 — Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1965 (nº 2.661-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre os serviços de registro do comércio e atividades afins e dá outras providências. — Senador Walfredo Gurgel — Favorável.

Parecer nº 803-65 — Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1965 (nº 194-A-65, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul — Senador Edmundo Levi — Favorável.

Parecer nº 809-65 — Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1965 (nº 214-A-65, na Casa de origem), que autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Convenção sobre a Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à ratificação em 7 de dezembro de 1953 e à Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956 — Senador Edmundo Levi — Favorável.

Parecer nº 810-65

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 307, de 1964 (nº 813-B-63, na Casa de origem), que concede isenção de

Impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel de imprensa, e das outras providências — Senador Edmundo Levi — Favorável.

Paracer nº 811-65 — Redação do vencido para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 1964 (nº 89-A-63, na Casa de origem), que torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, da revisão dos proventos da inatividade concedida ao extranumerário Olívio Thiago de Melo, aposentado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Senador Edmundo Levi — Favorável.

Paracer nº 812-65.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1963, que estende aos trabalhadores nos portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no que couber, os direitos e vantagens das leis nºs 238, de 8 de junho de 1948, e 1.755, de 5 de dezembro de 1952. — Senador Edmundo Levi — Favorável.

Paracer nº 813-65

Redação final do Projeto de Resolução nº 44, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 2.970, de 6 de abril de 1955, do Estado de São Paulo — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Paracer nº 814-65

Redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 1965, que suspende a execução das alíneas "b" e "e" do artigo 37 da Constituição do Estado de São Paulo — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Paracer nº 815-65

Redação final do Projeto de Resolução nº 54, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 124, de 13 de setembro de 1945, do Município de Barúrité, Estado do Ceará — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Paracer nº 816-65

Redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1965, que suspende a execução do art. 1º da Lei nº 173, de 7 de outubro de 1948, do Estado de Goiás — Senador Josaphat Marinho — Favorável.

Paracer nº 823-65

Redação final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1965 (nº 2.748-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que define o crime de sonegação fiscal, e outras providências — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Paracer nº 824-65

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1965 (nº 2.755-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e das outras providências — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Paracer nº 832-65

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965 (número 2.736-B-65, na Casa de origem), que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto com anotações realizadas pelos Ministérios Militares — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Paracer nº 833-65

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 108, de 1965, (nº 2.753-B-65, na Casa de origem), que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do I.º de Janciro em Fundação, e das outras providências — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Paracer nº 834-65

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1965 (nº 2.750-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico, e das outras providências — Senador Sebastião Archer — Favorável.

Paracer nº 836-65

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1965 (nº 2.746-B-65, na Casa de origem) que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. — Senador — Edmundo Levi — Favorável.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE JUNHO DE 1965

Presidente: Senador Lopes da Costa
Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator
Conclusão

Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 1964, que institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo. — Senador Eugênio de Barros. — Parecer contrário.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE JUNHO DE 1965

Presidente: Senador João Agripino
Secretário: José Soares de Oliveira Lima

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator
Conclusão

PLC nº 73, de 1965 — "Dá nova redação ao § 4º e acrescenta anexo um ao art. 10 da Lei nº 4.308, de 26 de abril de 1964. — Senador João de Sá. — Pela aprovação. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 91, de 1965 — "Altera o art. 5º da Lei delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, que autoriza a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos, e das outras providências". — Senador João de Sá — Pela aprovação. Aprovado, com restrições do Sr. Senador Walfrido Gurgel em 1.6.65.

PLC nº 82, de 1965 — "Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e das outras providências". — Senador Antônio Carlos — Favorável. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 84, de 1965 — "Modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino, de autoria do Sr. Presidente da República". — Senador José Ermirio — Favorável. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 76, de 1965 — "Altera a Lei nº 2.743, de 6 de março de 1956, e cria a Campanha de Erradicação da Malária". — Senador José Ermirio — Favorável, com emendas. Aprovado em 1.6.65.

PLC nº 92, de 1965 — "Dispõe sobre o exercício da atividade hemoterápica no Brasil e das outras providências". — Senador Jefferson de Aguiar — Pela aprovação. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 81, de 1965 — "Disciplina o recolhimento, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, de seus saldos orçamentários, já empenhados e das outras providências". — Senador Jefferson de Aguiar — Pela aprovação. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 67, de 1965 — "Dispõe sobre a alteração do artigo 7º da Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, que trata do aforamento, pelo Poder Executivo, dos acrescidos de marinha resultantes de obras, e das outras providências". — Senador Lino de Mattos — Pela aprovação. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 110, de 1965 — "Transfere a Seção de Irrigação da Divisão de

Águas do Departamento Nacional da Produção, do Ministério das Minas e Energia, para o Serviço de Promoção Agropecuária do Departamento de Promoção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, e das outras providências". — Senador Lino de Mattos — Pela aprovação. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 107, de 1965 — "Dispõe sobre a fiscalização do Comércio e atividades anexas, e das outras providências". — Senador Lino de Mattos — Pela aprovação. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 104, de 1965 — "Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento". — Senador Mem de Sá — Favorável. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 96, de 1965 — "Dispõe sobre os Serviços do Registro do Comércio de Sementes e mudas e das outras providências". — Senador Jefferson de Aguiar — Pela aprovação. Aprovado, com restrições do Sr. Senador Edmundo Levi, em 1.6.65.

PLC nº 111, de 1965 — "Autoriza o Poder Executivo a alterar, por decreto, a parte fixa da remuneração dos corretores de navios". — Senador Jefferson de Aguiar — Pela aprovação. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 108, de 1965 — "Transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e das outras providências". — Senador Walfrido Gurgel — Favorável. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 83, de 1965 — "Cria o Quadro de Práticos da Armada, e das outras providências". — Senador José Guimard — Favorável. Aprovado, sem restrições, em 1.6.65.

PLC nº 115, de 1965 — "Dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico, e das outras providências". — Senador José Guimard — Favorável, com emendas. Aprovado em 1.6.65.

PLC nº 122, de 1965 — "Estabelece normas para o aproveitamento, como servidores civis efetivos, dos militares remanescentes das extintas companhias de serviço industrial". — Senador Mem de Sá — Favorável. Aprovado, sem restrições, em 30.6.65.

PLC nº 177, de 1965 — "Dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e das outras providências". — Senador José Guimard — Favorável. Aprovado, sem restrições, em 30.6.65.

SÍNTESE

Número de Reuniões Realizadas ... 5
Número de Projetos Relatados ... 18
Número de Projetos em Diligência ... 0
Número de Projetos Distribuídos ... 18
Número de Ofícios Enviados 0

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente	—	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente	—	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	—	Dinarte Mariz (UDN)
2º Secretário	—	Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	—	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	—	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	—	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	—	Guido Mondim (PSD)
3º Suplente	—	Vasconcellos Torres (PTB)
4º Suplente	—	Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guimomar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura Andrade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Aarão Steinbruch — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondim — R.G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermirio — Pernambuco
4. F. Fontana — Amazonas	12. Silvestre Pêrcles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R.G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R.G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Para
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1

Sem legenda

65

66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Josaphat (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Vianna (PSB)	Arnon de Mello (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder
Filinto Müller
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder
Barros Carvalho
Vice-Líderes
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder
Daniel Krieger
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder
Mem de Sá
Vice-Líder
Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder
Miguel Couto
Vice-Líder
Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder
Lino de Mattos
Vice-Líder
Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante
Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante
Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante
Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante
Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

PSD

TITULARES
Eugênio Barros
Jose Leite

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

PTB

TITULARES
José Ermirio
Nelson Maculan

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

TITULARES
Lopes da Costa
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

TITULARES
Dilton Costa

1. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

PSD

TITULARES
Jefferson de Aguiar
Antônio Balbino
Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedicto Valladares

Edmundo Levi
Benezerra Neto
Arthur Virgílio

Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho

Josaphat Marinho

Secretária: Maria Helena B. Brandão
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna
Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES
Pedro Ludovico
Walfredo Gurgel

SUPLENTE
1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

PTB

Arthur Virgílio
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assumpção
2. Lopes da Costa

BPI

Aurélio Vianna

1. Lino de Batts

Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES
Atílio Fontana
José Feliciano
José Leite

SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

José Ermírio
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES
Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

SUPLENTE
1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

Antônio Jucá
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

Padre Calazans
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BPI

1. Aarão Steinbruch

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfredo Gurgel

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

Faria Tavares
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

Mem de Sá

Aurélio Vianna
Lino de Mattos

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

TITULARES
José Feliciano
Atílio Fontana

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

Nelson Maculan
Barros Carbalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão
Reuniões: Quintas-feira, às 16.30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima
Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

PSD

TITULARES

Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

Vivaldo Lima
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES

Benedicto Valladares
Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

José Ermírio
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

POLIGONO DAS SÊCAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Ruy Carneiro
Sebastião Archer

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

Argemiro Figueiredo
Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Wilson Gonçalves
José Guimard
Jefferson de Aguiar

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

José Ermírio
Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

João Agripino
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

Lino de Matos

1. Aurélio Vianna

PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: Antônio Carlos

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Walfredo Gurgel
Sebastião Archer

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guimard

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos

Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira

Aarão Steinbruch

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

PTB

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

1. Arnon de Mello

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: José Cândido

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: José Guimard

PSD

SUPLENTE

TITULARES

José Guimard
Victorino Freire

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

Oscar Passos
Silvestre Pérciles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

UDN

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans

Vice-Presidente: Victorino Freire

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

Mello Braga
Silvestre Pérciles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

Padre Calazans
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

Aurélio Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa

Vice-Presidente: Mello Braga

PSD

SUPLENTE

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard

Mello Braga

Lopes da Costa

Arnon de Mello

PI?

1. Bezerra Neto

UDN

1. Irineu Bornhausen

BPI

2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — (Relator) — (Transportes Ferroviários) — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — (Relator) — (Transportes Marítimos) — UDN.
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antonio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Neite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Atílio Fontana — PSD
Sigefredo Pacheco (Presidente) — PSD.
Eugênio Barros — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
José Ermirio (Relator) — PTB.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN
Raul Giuberti — PSP.

Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos

José Leite — PSD
Vaga — PSD
Vasconcelos Torres — PTB
Heribaldo Vieira — UDN
Aurélio Vianna — PSB

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valadares — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos —
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Eurico Rezende — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos — (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
... Vago — PTB.
... Vago — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Presidente) — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
... Vago — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTM.

Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
... Vago (PTB)
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICACAO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICIPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Guido Mondin — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Lopes da Costa — UDN
João Agripino — UDN
Eurico Rezende — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Josaphat Marinho — Sem legenda
Aloysio de Carvalho — PL
Lino de Matos — PTM

Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICIPIOS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Guido Mondin — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Lopes da Costa — UDN
João Agripino — UDN
Eurico Rezende — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PL
Miguel Couto — PSP
Caitete Pinheiro — PTM

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMINAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD.
... vaga — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende — UDN
João Agripino — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
Silvestre Péricles — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PL
Aurélio Vianna — Relator — PSD

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIR NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICIPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
... vaga — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN
Menezes Pimentel — PSD
Eurico Rezende — Relator — UDN
Silvestre Péricles — Presidente — PTB
João Agripino — UDN

Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Aloysio de Carvalho — PTB
Lobo de Matos — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
... vaga — PSD
Menezes Pimentel — Presidente
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
... vaga — PTB
Eurico Rezende — UDN
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Miguel Couto — PSP

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN
... vaga — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite — PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.64) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD

... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Arthur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTE
... vaga — PTB
... vaga — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda
João Agripino — UDN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
José Feliciano — PSD — Relator.
Walfrido Gurgel — PSD.
Bezerra Neto — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — UDN.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Raul Gluberti — PSP.
Júlio Leite — PR — Presidente.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.
José Feliciano — PSD — Vice-Presidente.
Walfrido Gurgel — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.
Bezerra Neto — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Júlio Leite — PR.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64

(Da nova redação à alínea a, ao art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.
Antônio Balbino — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD — Presidente.
Edmundo Levi — PTB.
Bezerra Neto — PTB — Relator.
Arthur Virgílio — PTB.
Oscar Passos — PTB.
Afonso Arinos — UDN.
João Agripino — UDN — Vice-Presidente.
Eurico Rezende — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — BPI.
Aurélio Vianna — BPI.
Aarão Steinbruch — BPI.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Gulamard — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Victorino Freire — PSD
Sebastião Archer — PSD
José Leite — Presidente — PSD
Jefferson de Aguiar — PSD
Vasconcellos Torres — PTB
Mello Braga — Vice-Presidente — PTB
José Ermirio — PTB
Antônio Jucá — PTB
Antônio Carlos — UDN
Vaga — UDN
Eurico Rezende — UDN
Joachim Parente — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — S/legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65

(Da nova redação ao art. 139, I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Eugenio Barros — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Irinzu Bornhausen — UDN
Aarão Steinbruch — BPI
Aurélio Vianna — BPI

COMISSÃO MISTA

Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à Reforma Administrativa

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) — Partidos

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD
Vaga — PSD
Sigefredo Pacheco — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Edmundo Levi — PTB
Adolpho Franco — UDN
João Agripino — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — Sem legenda

Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD
Aderbal Jurema — PSD
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo Deputado Arnaldo Nogueira).
Heltor Dias — UDN
Doutel de Andrade — PTB
Arnaldo Cerdeira — PSP
Juarez Távora — PDC
Ewaldo Pinto — MTR